PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA/SURDEZ SEVERA SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL

MARGARETH LEÃO BRASIL SOUZA

RESUMO

Diante da nova política de educação para todos, na qual a inclusão passa a ser o foco de uma educação de qualidade e para todos. Buscou-se no presente estudo: 1) investigar o conhecimento do estudante com deficiência auditiva/surdez (DA/S) e seus respectivos professores tem sobre a legislação de acesso ao mercado de trabalho; 2) Identificar como estudante com DA/S e seus respectivos professores percebem o mercado de trabalho e acesso ao trabalho pelo estudante com DA/S; 3) investigar a percepção dos estudantes com DA/S e seus respectivos professores da relevância da Libras e do intérprete na educação dos estudantes com DA/S; 4) comparar a visão dos estudantes com DA/S e seus professores sobre a inclusão social do estudante com DA/S. Participaram do estudo seis estudantes surdos e dois professores do Ensino Médio. Utilizou-se um questionário contendo questões comuns, aos professores e estudantes, de forma a contemplar os objetivos. Os resultados apontaram que o conhecimento sobre as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior ainda não são totalmente conhecidos ou não têm o devido crédito. Há necessidade de formação sobre os direitos da pessoa com deficiência, tanto entre os professores como entre os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Mercado de trabalho; Deficiência auditiva; Cotas.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a busca pela construção de uma sociedade igualitária, solidária e mais justa tem sido constante, o estudo sobre a inclusão da pessoa com deficiência auditiva/surdez tem relevância diante das novas necessidades educacionais. As ferramentas para a construção da aprendizagem dos alunos com deficiência devem ser adaptadas e flexibilizadas em relação à necessidade do estudante.

O direito a educação é algo que deve ser garantido a todos. A Declaração de Salamanca (1994, p. 1) proclama que:

• toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

• toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

• sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

• aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

Esta declaração, cujos direitos em nosso país são expressos na LDB (BRASIL, 1996), reporta às habilidades que cada estudante possui. Por meio da educação, e o uso adequado de instrumentos de avaliação, é possível identificar o que cada um sabe e o que precisa ser aprendido. Os alunos com deficiência devem ser incluídos e ter as mesmas oportunidades. No âmbito estadual, a Resolução SE 61 de 11/11/2014 (SÃO PAULO, 2014) dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Na referida Resolução podemos observar as considerações sobre o direito do aluno a educação com qualidade, com igualdade, bem como a necessidade de se garantir atendimento aos alunos da Educação Especial. Também a Instrução n.4, de 15.01.2015 (SÃO PAULO, 2015), orienta sobre o papel do educador especial e sua atuação no planejamento individual do aluno, avaliação e acompanhamento.

Para o aluno com deficiência, a avaliação requer um esforço colaborativo, para isso se faz necessárias investigações com relação à prática avaliativa, de que formas são elaboradas as avaliações, se há reformulações e adaptações nas mesmas de acordo com o currículo do Estado de São Paulo; se os resultados obtidos são usados para subsidiar a prática pedagógica considerando as habilidades dos alunos, sobretudo de que forma será o trabalho direcionado ao aluno com deficiência.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) trata da dignidade de todas as pessoas e na universalidade dos direitos, reconhecendo que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos”. No contexto da Educação Inclusiva podemos afirmar que os direitos educacionais já são garantidos há muito tempo. É direito do aluno com deficiência aprender e ter um ensino de qualidade numa escola igualitária, com acesso para todos, numa escola que faça a diferença na vida desses alunos, que seja valorizada em todos os aspectos, onde pais, educadores e alunos se conscientizem a cada dia e se unam para que escola seja de qua-

lidade, que haja cumprimento da legislação e que todos tenham acesso a verdadeira escola pública de qualidade que tanto almejamos. Uma escola que cumpra seu papel onde o sistema funcione, onde haja respeito e que todos que fazem parte do processo educacional sejam mais participantes não somente nas atividades escolares, mas em tudo que envolva uma melhor possibilidade de crescimento para todas as pessoas que por ali perpassem. Por isso concordamos com Sassaki (1998, p.8), quando diz que:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI, 1998, p. 8).

O acesso à educação está garantido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apresenta no artigo 58, o entendimento sobre Educação Especial onde preferencialmente deve ser oferecida na rede regular de ensino. No artigo 59, especifica o que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos público-alvo da Educação Especial:

Pensando no papel da escola em relação à perspectiva inclusiva, podemos considerar que isso implica na participação de todos os segmentos da comunidade escola. É necessário que se compreenda que a escola sendo uma organização social, cultural e humana, deve deixar claro, a cada sujeito envolvido no processo de participação efetiva, o seu papel, para o desenvolvimento das propostas a serem executadas com foco na aprendizagem do aluno com deficiência.

Nesse sentido a construção do Projeto Político Pedagógico no seu aspecto pedagógico deve considerar a aprendizagem e a formação como foco da gestão pedagógica. O trabalho com as habilidades e competências dos alunos deve oferecer-lhes a oportunidade do desenvolvimento de seu potencial preparando-os para seu contexto social. Na perspectiva inclusiva precisa desenvolver um processo que contribua para o envolvimento da comunidade escolar no que diz respeito à Inclusão Escolar, trabalhar em prol de uma nova cultura na transformação de conceitos, bem como dos ambientes físico nas adaptações necessárias para um melhor atendimento dos alunos com deficiência. Realizar um processo pedagógico de qualidade requer um gerenciamento responsável com os recursos materiais e financeiros com o uso consciente, de acordo com as reais necessidades da escola, interagindo com as demais dimensões da gestão escolar. Possibilitar o desenvolvimento do trabalho coletivo, criando espaços para o diálogo através de reuniões onde as pessoas possam ser ouvidas, envolvendo todos os sujeitos na busca de soluções para um melhor atendimento inclusivo, agindo sempre com justiça, respeito e o tratamento com urbanidade.

É preciso considerar ainda que o Projeto Político Pedagógico é uma peça gerenciadora do projeto pedagógico e do plano de ensino, sendo seu componente mais importante o que se relaciona à operacionalização e acompanhamento dos objetivos e metas dos mesmos, tendo em vista que eles dizem respeito à qualidade do ensino e a avaliação que irão ser levadas aos alunos, incluindo as pessoas com deficiência deficientes. Faz-se necessário um acompanhamento sistemático para que o mesmo seja concretizado na prática do dia a dia escolar, tendo em vista que sendo um instrumento de planejamento e avaliação, precisa ser revisitado pela equipe escolar sempre que necessário, verificando se suas metas as quais foram definidas a curto, médio e longo prazo, estão sendo cumpridas, caso contrário reavaliar, envolvendo, se possível os responsáveis pelos alunos com deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva temos que considerar que é necessário um novo olhar, pois a inclusão não se trata apenas de efetuar a matrícula, depende de ações de todos os envolvidos, tendo em vista que o processo de inclusão é muito complexo, nesse sentido Sanchez afirma:

“Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em macha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos.” (SANCHEZ, 2005, p.12).

Outros desafios também são perceptíveis, principalmente no sentido da verificação da eficácia e a eficiência na educação especial, com relação ao preparo dos profissionais. Eficácia significa alcançar os resultados pretendidos, enquanto a eficiência diz respeito a fazer algo da melhor forma possível, portanto, percebemos que com relação à inclusão, os profissionais estão despreparados para atender esse público alvo, no aspecto do exercício da docência Pimenta (2005, p.17-18) cita o que se espera do curso de formação:

[...] espera-se da licenciatura que desenvolva nos

alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.

Bueno (1999, p.18), afirma que ainda é pouco inserir na formação inicial desses profissionais: "conteúdos e disciplinas que permitam uma capacitação básica para o atendimento de portadores de necessidades especiais" (Brasil/MEC, p. 59), pois a eterna indefinição sobre a sua formação, aliada a fatores macrossociais e de políticas educacionais, tem produzido professores com baixa qualidade profissional.

Sendo a escola um espaço de formação, é necessário que estes profissionais tenham a oportunidade de refletir sobre suas reais necessidades com relação à prática pedagógica no atendimento aos alunos com deficiência. De acordo com Candau (1997, p.57), manter uma prática repetitiva, mecânica não pode favorecer o processo de formação, o objetivo de se alcançar uma nova perspectiva na área da formação continuada não se alcança de maneira espontânea, somente estar na escola não garante as condições de um processo formativo, é necessário muito mais para que esse processo ocorra:

[...] uma prática capaz de identificar os problemas, de resolvê-los, e cada vez mais as pesquisas são confluentes, que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar.

Faz-se necessário que a equipe gestora possa estar também preparada para oferecer maiores esclarecimentos das legislações e todos os aspectos que tratam da Educação Especial a toda equipe escolar, diante da dificuldade de se ajustar as práticas pedagógicas às reais necessidades dos alunos e o que é mais difícil: a implementação da cultura inclusiva tendo em vista que ainda nos deparamos com escolas que tratam a Educação Especial como um sistema paralelo de ensino.

Nesse aspecto os desafios a nova Lei de inclusão se faz presente e tem objetivo de mostrar através de diálogos na Lei que consiste na integração da Inclusão da criança com necessidades especiais na Instituição Regular no Sistema de Ensino, Precisamos integra-las na sociedade com respeito acolhendo cada um com sua necessidade especifica. Para que isso ocorra é necessário um profissional qualificado que atenda essa de demanda. O professor deve ter uma boa metodologia de forma adequada aprendizagem desses alunos surdos para desenvolver as atividades propostas, no ambiente escolar o professor deve criar condições para que se promova a transformação, sempre visando á promoção a inclusão escolar. Com professores capacitados e compromissados com a educação de todos.

2. A INCLUSÃO DO SURDO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- REVISÃO DE LITERATURA

[...] a educação inclusiva vai muito além da presença física do aluno no ensino regular. Não é aquela que só aceita as diferenças, mas faz da diferença uma maneira distinta de expressão e de operacionalização do mundo, na qual, compreender pessoas com NEE significa entendê-la a partir de seu próprio marco de referência. Não basta reconhecer e aceitar a diferença. Há que se transformar a ação e a experiência variadas em algo que amplie a nossa visão de mundo no sentido de uma atitude cidadã em respeito às diferenças. (FENEIS, 2006).

As mudanças relativas à educação na sociedade atual se encontram na perspectiva no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Na instituição de Ensino Regular, este processo de inclusão possui como marco dois importantes momentos: a Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, na Tailândia e a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994. Decorrente desses dois momentos, o respeito aos direitos são oficializados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/96 que determina que todos os alunos com necessidades educacionais especiais devem estar incluídos e serem atendidos em salas de ensino regular; destacando a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento transformador da sociedade.

As crianças e alunos surdos incluídos raramente se comunicam com seu professor, comunicando-se com muito mais frequência com seu intérprete, principalmente pelo modo como ele atua neste espaço, constatando a relação intérprete-aluno surdo é na maior parte do tempo iniciada pelo próprio intérprete, criando um modo de relacionar-se muito diferente daquele construído pelos demais alunos que precisam lutar por seu turno discursivo, que em grupo precisam esperar sua vez de se colocar e, por vezes, se impor para poder falar. Em relação a essa realidade, a criança surda vive uma situação "artificial", com uma redução do potencial para atuação independente e um acréscimo de ações dirigidas pela instrução do intérprete.

É preciso que a atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel, em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda.

O papel do intérprete educacional e dos modos como ele é desempenhado em cada um dos níveis de ensino pode revelar aspectos dessa prática educacional que interessa ser mais bem compreendida quando o ambiente pedagógico se diz inclusivo e pretende respeitar as peculiaridades e necessidades dos alunos surdos.

Embora seja comum às pessoas pensarem que os surdos se comunicam soletrando palavras do português, utilizando-se palavras do alfabeto manual, esse e mais um mito a ser superado. O alfabeto manual e apenas um recurso utilizado para soletrar nomes próprios, ou que não existam em seu vocabulário de Libras. Na Libras esses aspectos são marcados discursivamente, em mecanismos espaciais, e não por meio da morfologia ou da sintaxe, tal qual ocorre na Língua portuguesa. Assim, em um enunciado que envolve o verbo "olhar" e a orientação da mão que indica o sujeito e o objeto da oração, por exemplo. Isso significa que não há dependência estrutural entre a língua de sinais de um país e sua língua oral.

Há uma riqueza de elementos nas Libras, baseados na cultura visual dos surdos, que nos oferecem um amplo universo de possibilidades de representar o mundo, encadeando as palavras não de forma linear e sequencial, como estão acostumados na comunicação oral e também escritos, mas de modo simultâneo e multidimensional. (ANDRADE, 2005, p.41).

A questão da diferença linguística, a identidade e cultura surda, e de como aprendem o surdo ao seu redor, são assuntos relevantes na educação dos surdos.

Vygotsky (1998) aponta a utilização de signos e instrumentos na construção do sujeito, já que estes possuem funções de mediadores, ferramentas auxiliares da atividade humana. Os signos são "instrumentos psicológicos" do ser humano, isto é, auxiliam-nos processos psicológicos em diversas situações, pois são oriundos internamente - o processo contínuo de construção das significações nasce de suas experiências externas que se internalizam e constituem o individuo. É nas ações, nas interações sociais, e na linguagem que o homem mergulha nesta rede de significações e representações simbólicas, transformando-se e se desenvolvendo ao longo de toda sua vida.

Percebe-se que o oralismo ainda tem uma grande força na abordagem educacional do surdo, embora se tenha dado oportunidades para a penetração da língua de sinais nos espaços educacionais. Nota-se que na maioria das vezes a presença do surdo continua sendo indesejável.

Muitas vezes se busca o que é mais conveniente, uma mistura de fala e língua de sinais que na melhor das hipóteses, apenas uma fala apoiada pelos sinais, que na verdade é inadequada para ser compreendida pelo sujeito surdo.

Incluir o sujeito surdo em sala de aula regular simplesmente porque a lei manda, inviabiliza o desejo do surdo de construir saberes, identidade e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial do país). E impossibilita a consolidação linguística do surdo.

3. A INSERÇÃO DO ALUNO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO- OBJETIVOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DA PESQUISA

3.1 OBJETIVOS:

1) investigar o conhecimento do estudante com deficiência auditiva/surdez (DA/S) e seus respectivos professores tem sobre a legislação de acesso ao mercado de trabalho; 2) Identificar como estudante com DA/S e seus respectivos professores percebem o mercado de trabalho e acesso ao trabalho pelo estudante com DA/S; 3) investigar a percepção dos estudantes com DA/S e seus respectivos professores da relevância da Libras e do intérprete na educação dos estudantes com DA/S; 4) comparar a visão dos estudantes com DA/S e seus professores sobre a inclusão social do estudante com DA/S.

4. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Esta pesquisa está vinculada ao Programa Redefor Educação Especial e Inclusiva intitulada "Rede de educação inclusiva: Formação de Professores nos âmbitos de Pesquisa, Ensino e Extensão", aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE), da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), UNESP, campus de Presidente Prudente, SP, sob o nº 26341614.3.0000.5402, cujo parecer nº 173.558 é datado de 07 de dezembro de 2012.

Trata-se de um estudo empírico, descritivo, pautado na percepção de professores que têm em suas salas de aula estudantes com DA/S incluídos.

Participam do estudo 06 estudantes do 3º ano do Ensino Médio, da Escola Professor Mário Bombassei Filho, cidade de Guarulhos e dois de seus professores. Os estudantes tinham entre 16 e 18 anos, sendo um do 1º ano, 1 do 2º ano e três do terceiro ano, quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino. Os dois professores eram intérpretes, do sexo masculino, um com 35 e outro com 42 anos. Todos faziam uso de Libras.

Todos os participantes assinaram a um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme apresentado no Anexo I. Logo após, individualmente, responderão a um questionário, conforme disposto no Apêndice A (modelo estudante e modelo professor).

O presente questionário foi aplicado em sala de

aula.
As respostas apresentadas foram tabuladas e organizadas em tabelas, de modo a permitir a comparação entre as respostas apresentadas pelos estudantes e professores.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa consistem em apresentar as opiniões e experiências de dois profissionais especialistas em Educação Especial em Deficiência Auditiva, atuantes na rede pública de ensino de São Paulo, considerando os recursos e estratégias de Tecnologia Assistiva e também do interprete de LIBRAS, utilizados para subsidiar o atendimento aos estudantes com DA no contra turno.

A escola inclusiva deve assegurar a igualdade de direito a educação, satisfazer as necessidades de aprendizagem de cada aluno, incentivando-os a aprender e a desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade, para isso é necessário proporcionar meios e condições para que ocorra esse desenvolvimento.
Desta forma, os resultados foram organizados em três temas: 1) mercado de trabalho para a pessoa com DA/S; 2) Inserção educacional e 3) percepções sobre a relevância da Libras e do intérprete na educação dos estudantes com DA/S.

5.1 Mercado de trabalho

A maioria dos estudantes (5/6) indicou que poderá ter um trabalho que lhe garanta a sobrevivência e apenas um indicou que poderá enfrentar dificuldade por em razão da deficiência. Os professores também se dividiram entre estas duas respostas, não sendo escolhida a questão sobre impossibilidade/incapacidade. Por outro lado, também não apontaram a escolha de um trabalho relacionado a algo que goste muito e que se sinta preparado.
A visão dos estudantes sobre a pessoa com deficiência no mercado de trabalho apontou para diferenças em relação ao trabalho do ouvinte (4/6), sendo que para dois deles foi apontada uma visão conformista sobre o trabalho 'aceitar aquilo que lhe é oferecido', coerente com a resposta de trabalhar para sobreviver. As respostas dos professores também se dividiram entre estas duas questões, apontando para a necessidade de uma formação criativa, que, apesar da limitação auditiva, possibilite a pessoa com surdez/deficiência auditiva transcender a sua condição e realizar-se naquilo que faz.
Na procura por trabalho, 3/6 estudantes indicaram reconhecer a lei de cotas para pessoas com deficiência como uma contribuição para acessibilidade ao trabalho. Porém, dois deles ainda atribuem essa ação à bondade dos empregadores e um deles apontou que as empresas não contratariam pessoa com deficiência, ou seja, desconhece a legislação. Considerando que este estudante é do 3º ano, há necessidade urgente de orientação sobre os seus direitos. Entre os professores, um deles apontou para a política de cotas, o outro, no entanto, indicou ação filantrópica. Ações formativas também junto aos professores podem ser necessárias.
Em relação aos concursos para cargos públicos, metade dos estudantes indicou ser impossível, uma vez que são muito concorridos. No entanto, a outra metade indicou conhecer a lei de cotas e a apontou como possibilidade de acesso. Entre os professores, a acessibilidade a partir das cotas foi apontada por um deles e o outro indicou ser possível, apesar da dificuldade. Neste quesito, a visão dos professores mostrou-se mais positiva.

5.2 Inserção Educacional

Entre os estudantes 2/6 indicaram interesse por curso profissionalizante ao final do Ensino médio e 2/6 indicaram interesse por curso superior, sendo 3/6 destes do terceiro ano. A inserção direta no trabalho e a dúvida entre o que fazer apareceu nas respostas de um estudante do terceiro ano e um do segundo. Na visão dos professores a continuidade dos estudos depois do ensino médio não foi indicada, centrando-se inserção direta no campo de trabalho e dúvidas sobre o que fazer. Desta forma, pode-se considerar que a expectativa dos estudantes é mais positiva do que a apontada pelos professores.
Sobre o acesso ao Ensino Superior 3/6 dos estudantes indicaram ser difícil, mas que tem desejo de fazê-lo e 3/6 indicaram que as pessoas com deficiência não conseguem acesso ao ensino superior. Estas respostas se repetiram no questionário dos professores, não havendo indicação da lei de cotas como um avanço para acessibilidade em nenhuma das respostas, talvez por desconhecimento ou mesmo descrédito.

5.3 Importância da Libras

Na visão dos estudantes o aprendizado de Libras não foi apontado como um instrumento de acessibilidade. Consideram em sua maioria (4/6) que é importante apenas para a comunicação entre as pessoas surdas e 2/6 indicaram que o fato do ouvinte não conhecer Libras não possibilita uma comunicação efetiva. Entre os professores, em contrapartida, Libras foi indicada como um instrumento de acessibilidade, no contexto do trabalho e da educação. Seu desafio será fazer com que os seus usuários se apropriem do poder deste instrumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi conduzido com poucos participantes, o que torna frágeis os seus resultados. Porém, para estes sujeitos, ficou evidente a necessidade de um processo formativo que esclareça os direitos da pessoa com deficiência e favoreça condições de acessibilidade no âmbito do trabalho e da educação – inclusão social. O uso da libras precisa ultrapassar o limite da comunicação apensas entre surdos

Ao desenvolver este trabalho conclui que hoje com os artefatos culturais que os professores e alunos trazem na sua bagagem, fica mais fácil e atraente sua dinâmica na forma de se comunicar. Lembrando que o conteúdo deve sempre ser adequando de acordo com a necessidade de cada aluno.

Podemos concluir que em tempos de inclusão, espera-se que a escola mais do nunca, seja um espaço que acolha a diversidade e que promova uma educação de qualidade. Crianças surdas não são diferentes, pois através da interação social, elas desenvolvem sua linguagem e adquirem a língua de sinais. A educação de crianças surdas é vista principalmente no âmbito educacional devido o fato de que a inclusão das pessoas com deficiência exige mudanças significativas.

Alguns professores de maneira equivocada e por falta de conhecimento atribuem aos intérpretes às responsabilidades de explicar os conteúdos tanto quanto a traduzir as aulas, ficando claro que eles ainda não conquistaram o seu lugar.

Pelo que foi possível observar referente ao papel e a atuação do intérprete no espaço educacional, percebe-se que ainda é bastante incipiente. Pouco se conhece sobre os desdobramentos daquilo que é feito em sala de aula na perspectiva da educação inclusiva bilíngue para surdos. Além disso, por ser uma profissão nova, não há número suficiente de profissional formado até o momento.

Portanto a falta dessa formação profissional especifica para a atuação profissional leva a uma visão equivocada de que o intérprete deve ter uma formação generalista, e que ele por vezes, pode se responsabilizar pelos processos de aprendizagem dos alunos surdos.

É exatamente neste terreno pantanoso e plural que atua o interlocutor/interprete no espaço escolar, e que ao contrário do que frequentemente acontece a posição do IE precisa fazer escolhas, eleger sentidos, para dele se apropriar e fazê-los chegar ao seu destinatário, sendo um profissional ativo buscando compreender os sentidos pretendidos.

Atualmente o intérprete é visto como alguém passivo, um instrumento que verte de uma língua a outra. Um personagem envolvido nas cenas inclusivas e que se tudo ocorrer bem o teatro da inclusão fará o maior sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIMI, D.R.S.; TAMBORIL M.I.B. A avaliação na Educação Especial: instrumento para promoção da aprendizagem. In: Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR. UNIR X CONPE CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL Anais: ISSN 1981-2566. DATA:03 a 06 de julho de 2011.

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES F. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

ANTUNES. C. Vygotsky, quem diria?! Em minha sala de aula. Fascículo 12. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Pensamento y languaje. Obras escojidas. Vol. II, Madrid: Editorial Visor.

ARANHA, M.S. SILVA S.C. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, v.11, n.3, p.4, 2005.

BEVILACQUA, Maria Cecília e Moret, Adriane Lima Mortari. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. – São José dos Campos: Pulso, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 - Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010 – Senado Federal Secretaria Federal Especial de Informática.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 17. Brasília/DF: 03 jul. 2001.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial. V. 3, n. 5 Piracicaba, SP: Unimep, p. 7-25, 1999.

CAMPOS, T. E.; OLIVEIRA A. A. S. (2005 janeiro/junho). Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. Estudos em Avaliação Educacional, 16(31), 28.

CANDAU, V. M. Magistério construção cotidiana. Petrópolis: Editoras Vozes, 1997.

CARREIRA, Dorival. A integração da pessoa deficiente no mercado de trabalho. EAESP-FGV. São Paulo, 1992

CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre, Media-